

O discurso e a prática na negociação da dívida

A medida que se aproxima uma nova data tida como fatal para as negociações da dívida externa — o dia 21 de outubro, quando os bancos norte-americanos seriam instados, pelas normas vigentes naquele país, a classificar os empréstimos concedidos ao Brasil como de “value impaired” (valor deteriorado) —, avolumam-se as pressões para que as autoridades brasileiras recuem das posições até aqui defendidas, submetendo-se a algum tipo de monitoramento externo da economia e concordando em realizar o pagamento de uma parte dos juros em atraso. Este foi o caso, a nosso ver, do voto contrário dado pelo representante do governo dos Estados Unidos à concessão de um empréstimo de US\$ 80 milhões pela International Finance Corporation (IFC), subsidiária do Banco Mundial, na semana passada. Na ocasião, o representante norte-americano alegou que o governo brasileiro não está conseguindo reduzir os déficits orçamentários e que, assim sendo, a concessão do empréstimo poderia

caracterizar “uma operação típica de financiamento de balanço de pagamentos”, o que não é o papel da IFC.

O empréstimo, apesar do voto contrário do principal país-membro do Banco Mundial, acabou sendo aprovado, porque os demais integrantes da diretoria executiva do banco não fizeram a mesma objeção. O episódio, portanto, não causou maiores prejuízos às relações do Brasil com o Banco Mundial, que nos últimos anos tem sido o principal financiador externo de nossa economia, no que se refere à concessão de “dinheiro novo”. No entanto, ele deixou claro que o governo norte-americano procura aproveitar todas as oportunidades para demonstrar sua reprovação à linha até aqui seguida pelo Brasil na questão da dívida, cujo ponto culminante foi a decretação da moratória para os juros dos bancos privados, em 20 de fevereiro. Igualmente, representantes de bancos credores não perdem ocasião de sugerir algum tipo de acordo prévio com o Fundo Mone-

tário Internacional (FMI), para a rodada de negociações que se iniciará proximamente.

Tudo isso faz parte, a nosso ver, de um jogo de cena, aliás compreensível. É óbvio que, para os credores, seria mais confortável negociar dentro de suas próprias regras, inovando pouco em relação ao Brasil para não abrir um precedente talvez perigoso. Também no Brasil um discurso firme contra ingerências externas rende dividendos políticos, sobretudo num momento em que o governo se vê forçado a executar um plano de ajustamento com desvalorizações reais do câmbio e contenção de salários. Resta ver o que disso resultará na mesa de negociações.

Não se poderá afirmar, de todo modo, que o Brasil repudiou a via do entendimento, embora defendendo uma tese de co-responsabilidade, que, considerada justa alhures, com alguma frequência, não tem sido aceita pelos governos dos países credores, talvez porque a aplicação dessa tese exigiria mudanças grandes demais, a

curto prazo, nas relações entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento.

Quanto à nova data fatal das negociações, cuja importância parece estar sendo superestimada por aqui, convém saber que a missão de consulta do FMI que esteve no Brasil recentemente elaborou relatório — segundo fontes que tiveram acesso ao documento — bastante favorável à atual orientação econômica no País. Ao mesmo tempo, informa-se que alguns grandes bancos europeus estão trocando no mercado secundário ativos referentes às dívidas mexicana e argentina pelos da dívida brasileira — o que é uma indicação segura de que esses bancos acreditam não só na capacidade de recuperação econômica do País como também na perspectiva de as negociações com os credores chegarem a bom termo. Entre a retórica e a prática existe, portanto, certa diferença. E saber disso pode ajudar a não alimentar temores infundados, como se, após um dia qualquer, nos esperasse o precipício.